

ESPAÇO, TERRITÓRIO, REGIÃO – PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.

José D'Assunção Barros¹

Introdução

Inicialmente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui para abordar esse tema, em um congresso partilhado por historiadores e geógrafos. *Espaço, Território e Região* são conceitos fundamentais para a História, e obviamente também para a Geografia. Do ponto de vista da História, aliás, cada um desses três conceitos nos remete a diálogos interdisciplinares particularmente importantes com a Geografia, embora não apenas com esse campo de saber, e é por isso que a interdisciplinaridade entre História e Geografia também será um dos temas discutidos no decurso de toda esta palestra.

Entre os três conceitos, certamente o de “espaço” é o mais abrangente. Os outros dois – *território* e *região* – oferecem na verdade possibilidades de pensar o *espaço* de uma certa maneira. Conforme logo veremos, o conceito de “território” corresponde ao gesto de fazer com que a noção de espaço seja explicitamente atravessada pela instância política, aqui entendendo o *político* no sentido mais abrangente, que remonta aos múltiplos sentidos que a palavra “poder” pode apresentar, inclusive os micropoderes que perpassam de todas as formas a vida cotidiana e as relações sociais de toda espécie. Já o conceito de “região” envolve a possibilidade e a motivação de recortar o “espaço”, de delimitar neste último um campo de observação de acordo com determinados critérios. Vejamos cada um destes casos, ao mesmo tempo em que discutimos a noção de espaço no seu âmbito mais geral.

História: ciência dos homens no tempo e no espaço

Os já antigos movimentos em favor da divisão de trabalho intelectual no grupo das ciências humanas costumavam delimitar a História como “a ciência dos homens no tempo”, e a

¹ Professor-Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História. Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

Geografia como a “ciência dos homens no espaço”. Costumo dizer que, nos dias de hoje, é preciso fazer uma adaptação nessa antiga definição da História como “ciência dos homens no tempo” – uma definição que, certamente, já representou ela mesma um avanço na sua época, quando Marc Bloch a formulou por oposição à ideia de a História como “estudo do passado humano”. Entrementes, muito tempo já se passou desde então. O fato é que a consciência dos historiadores a respeito do espaço se tornou tão viva ao longo das últimas décadas que seria bem melhor redefinir a História como o “estudo do Homem no *Tempo* e no *Espaço*”. Embora a categoria do “tempo” seja de fato a primeira noção que costuma nos vir à mente quando pensamos na possibilidade de definir a História como campo de saber específico, não há como negar que os processos históricos dão-se igualmente no tempo e no espaço. De fato, as ações e transformações que afetam aquela vida humana e social que pode ser historicamente considerada produzem-se e incidem freqüentemente em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social.

Também não é de se estranhar que, da parte dos geógrafos, tem crescido a proposta de reivindicar cada vez mais, para a definição de Geografia, a ideia de que esta não estuda apenas o espaço, mas também o tempo, no sentido de que todo espaço se redefine diuturnamente a partir de alterações que vão se dando no decurso do tempo. Desta maneira, considero que, se os historiadores têm intensificado crescentemente a sua consciência espacial, também os geógrafos possivelmente vêm trabalhando com o mesmo afincamento para o desenvolvimento e explicitação crescentes de uma “consciência temporal” no seu próprio campo de estudos.

Obviamente que, na medida em que os historiadores têm intensificado a sua consciência sobre a importância do espaço – e que os geógrafos têm agregado com interesse crescente a consciência temporal ao seu âmbito vital de preocupações – multiplicaram-se cada vez mais os vínculos e as pontes interdisciplinares entre a História e a Geografia, estas duas ciências humanas cuja fraternidade epistemológica já vem de longa data. Entrementes, devo ressaltar que, além das perspectivas política e geográfica sobre a espacialidade, a noção de Espaço para os historiadores parece comportar algumas alternativas a mais que nem sempre aparecem na Geografia.

Decerto, com as expansões dos domínios históricos que começaram a se verificar no último século, esse Espaço também pode ser perfeitamente um “espaço imaginário” (o espaço da imaginação, da iconografia, da literatura), e adivinha-se que, em um momento que não deve estar muito distante, os historiadores estarão também estudando o “espaço virtual”, produzido através

da comunicação virtual ou da tecnologia artificial. Pode se dar que, em um futuro próximo, ouçamos falar em uma modalidade de História Virtual na qual poderão ser examinadas as relações que se estabelecem nos espaços sociais artificialmente criados nos *chats* da Internet, na espacialidade imaginária das *webpages* ou das simulações informáticas, ou mesmo no espaço de comunicação quase instantânea dos correios eletrônicos – estas futuras fontes históricas com as quais também terão de lidar os historiadores do futuro. O Cyber-Espaço, portanto, afirma-se como um novo tipo de espaço que não poderá deixar de ser considerado pelas novas gerações de historiadores. Por hora, todavia, consideraremos apenas o Espaço nos seus sentidos tradicionais: como lugar que se estabelece na materialidade física, como campo que é gerado através das relações sociais, ou como realidade que se vê estabelecida imaginariamente em resposta aos dois fatores anteriores.

Tão logo começaram a se dar conta da importância de entender o seu ofício como a Ciência que estuda o *homem no tempo e no espaço* – e essa percepção também se afirma de maneira cada vez mais clara e articulada em meio às revoluções historiográficas que principiam no século XX – os historiadores perceberam a necessidade de intensificar decididamente sua interdisciplinaridade com outros campos do conhecimento. Emergiu daí, como acima indicamos, uma importantíssima onda de interdisciplinaridades com a Geografia, ciência que já tradicionalmente estudava o espaço físico. Se considerarmos outras formas de espaço como o ‘espaço imaginário’ e o ‘espaço literário’, poderíamos mencionar ainda as interdisciplinaridades com a Psicanálise, com a Crítica Literária, com a Semiótica e com tantas outras disciplinas que ofereceram novas possibilidades de métodos e técnicas aos historiadores. Na verdade, a noção de *espacialidade* foi se alargando com o desenvolvimento da historiografia do século XX: do espaço físico ao espaço social, político e imaginário, e daí até a noção do espaço como “campo de forças” que pode inclusive reger a compreensão das práticas discursivas. Neste momento, contudo, iremos nos concentrar nas noções de espaço que surgem a partir da interdisciplinaridade com a Geografia.

Três pontes conceituais entre a História e a Geografia.

A interdisciplinaridade entre a História e a Geografia é estabelecida, entre outros aspectos, através dos já referidos conceitos de “espaço”, “território”, “região”, e é sobre eles que

passaremos a refletir nas próximas linhas. Em uma dos seus muitos sentidos possíveis, o *espaço* pode ser abordado como uma área indeterminada que existe previamente na materialidade física (e, neste caso, ainda não estaremos considerando as noções de ‘espaço social’, de ‘espaço imaginário’ e de ‘espaço literário’ que já foram mencionadas). Foi a partir desta noção fundadora que, na Geografia tradicional, começaram a emergir outras categorias como a de “território” e de “Região” – noções de que logo os historiadores começariam a se apropriar para seus próprios fins.

Grosso modo, uma *região* pode ser compreendida como uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Os elementos internos que dão uma identidade à região (e que só se tornam perceptíveis quando estabelecemos critérios que favoreçam a sua percepção) não são necessariamente estáticos. Daí que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que, dentro dos seus limites, pode ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos específicos. Vale dizer, a região também pode ser compreendida como um sistema de movimento interno. Por outro lado, além de ser uma porção do espaço organizada de acordo com um determinado sistema ou identificada através de um padrão, a região quase sempre se insere ou pode se ver inserida em um conjunto mais vasto.

Esta noção mais ampla de região – como unidade que apresenta uma lógica interna ou um padrão que a singulariza, e que ao mesmo tempo pode ser vista como unidade a ser inserida ou confrontada em contextos mais amplos – abrange na verdade muitas e muitas possibilidades. Conforme os critérios que estejam sustentando nosso esforço de aproximação em relação a uma determinada realidade histórico-social, vão surgindo concomitantemente as várias alternativas de dividir o *espaço* antes indeterminado em *regiões* mais definidas. Posso estabelecer critérios econômicos – relativos à produção, circulação ou consumo – para definir uma região ou dividir uma espacialidade mais vasta em diversas regiões. Posso preferir critérios culturais – considerar uma região lingüística, ou um território sobre o qual são perceptíveis certas práticas culturais que o singularizam, certos modos de vida e padrões de comportamento nas pessoas que o habitam. Posso me orientar por critérios geológicos – e estabelecer em um espaço mais vasto as divisões que se referem aos tipos de minerais e solos que predominam em uma área ou outra – ou posso ainda considerar zonas climáticas. A Geografia, como é de se esperar, privilegia certos critérios: muito habitualmente lança luz sobre certos aspectos que se relacionam com a materialidade

física, e pode ou não relacionar estes aspectos a outros de ordem cultural (como é o caso, de modo geral, da Geografia Humana).

O outro conceito, o de “território”, tem sido igualmente importante para o trabalho dos historiadores. Devemos entender por ‘território’, conforme será visto adiante, o espaço que é atravessado explicitamente pelo poder. Toma-se posse de um espaço, seja no mundo humano ou no mundo animal, e tem-se aí a formação de um território. O conceito, obviamente, aplica-se tanto às relações entre as grandes potências, como às relações interindividuais. O território, conforme já discutiremos, é o espaço que foi demarcado por um poder de qualquer tipo, e visando um outro indivíduo ou entidade que poderia ter pretensões análogas de assumir controle sobre o espaço em questão.

Tanto a noção de “região” como a de “território”, conforme podemos ver, produzem operações muito específicas no espaço. A primeira – região – corresponde habitualmente a uma operação científica ou administrativa. A segunda – território – é um fato político, uma operação associada a um empoderamento sobre o espaço. São noções que, obviamente, também podem se conjugar. Antes de abordarmos estes aspectos, retomemos a história da historiografia para identificar alguns momentos significativos para o desenvolvimento de uma consciência espacial entre os historiadores.

A Geo-História.

No século passado, as contribuições dos historiadores franceses ligados à primeira geração da célebre Escola dos Annales estão entre as primeiras sistematizações dos diálogos acadêmicos da História com a Geografia. Uma das primeiras escolas geográficas a terem merecido a atenção dos historiadores de novo tipo, e mais particularmente da historiografia original e derivada da Escola dos Annales, foi a escola geográfica de Vidal de La Blache – geógrafo que já atuava interdisciplinarmente com historiadores desde 1905². Lucien Febvre, ainda nas primeiras décadas do último século, já havia se valido francamente da concepção espacial de La Blache para começar a pensar as relações entre o meio físico e a sociedade, e o

² Vidal de la Blache contribuiu para a *História da França* de Ernest Lavisse com um primeiro volume intitulado *Tableau de la géographie de la France* (Paris: Éditions de la Table Ronde, 1903).

resultado desta reflexão foi concretizado na obra *A Terra e a Evolução Humana* (1922)³. Mais tarde, a definição de “espaço” proposta por La Blache, que tendia a compreendê-lo e confundi-lo diretamente com o meio físico sem uma maior discussão acerca das problematizações que envolvem esta operação, seria repensada e criticada pelos historiadores em busca de novas perspectivas sobre as relações entre os homens e o espaço. De todo modo, a contribuição da interlocução com a escola geográfica de La Blache foi fundamental para os primeiros historiadores ligados à História dos Annales, e para a historiografia como um todo.

Entrementes, alguns dos diálogos mais intensos entre a História e as abordagens geográficas dos espaços físicos deram-se através da Geo-História, um campo intradisciplinar surgido entre os historiadores da segunda geração dos Annales que, desde meados do século XX, introduziram a geografia como grade de leitura para a história e se preocuparam em trazer o espaço para primeiro plano, e não mais tratá-lo como mero teatro de operações. Em obras como *O Mediterrâneo*, de Fernand Braudel, introduz-se a perspectiva de abordar o espaço como o próprio sujeito da História, permitindo-se aqui o exame da longa duração, esta história quase imóvel que se desenrola sobre uma estrutura onde os elementos climáticos, geológicos, vegetais e animais encontram-se em um ambiente de equilíbrio dentro do qual interage o homem. O empreendimento a que Fernand Braudel se dedica, nesta obra paradigmática que foi *O Mediterrâneo*, foi precisamente o de realizar uma ‘espacialização da temporalidade’, e mais tarde ele aprimorará também uma ‘espacialização da economia’, chegando ao conceito de “economias-mundo”, que já se encontra perfeitamente elaborado e sustentado em sua obra *A Civilização Material do Capitalismo*.

O objeto do primeiro volume de *O Mediterrâneo* – que representa a grande originalidade desta obra dividida em três partes que se referem cada qual a uma das três temporalidades que marcam os ritmos da história – é a relação entre o Homem e o Espaço. É esta relação que ele pretende recuperar através de “uma história quase imóvel ... uma história lenta a desenvolver-se e a transformar-se, feita muito freqüentemente de retornos insistentes, de ciclos sem fim recomeçados”.⁴ A interação entre o Homem e o Espaço, as suas simbioses e estranhamentos, as limitações de um diante do outro, tudo isto não constitui propriamente a moldura do quadro que Braudel pretende examinar, mas o próprio quadro em si mesmo. Eis aqui o primeiro ato deste

³ FEBVRE, Lucien. *La terre et la evolution humaine*. Paris: Albin Michel, 1922.

⁴ BRAUDEL, Fernando. *Écrits sur l'Histoire*. Paris: Flammarion, 1969, p.11.

monumental ensaio historiográfico, e é sobre esta história quase-imóvel de longa duração – a temporalidade espacializada onde o tempo infiltra-se no solo a ponto de quase desaparecer – que se erguerá o segundo ato, a ‘média duração’ que rege os “destinos coletivos e movimentos de conjunto”, trazendo à tona uma história das estruturas que abrange desde os sistemas econômicos até as hegemonias políticas, os estados e sociedades. Trata-se de uma história de ritmos seculares, e não mais milenares, e depois dela surgirá o último andar – a ‘curta duração’ que rege a história dos acontecimentos, formada por “perturbações superficiais, espumas de ondas que a maré da história carrega em suas fortes espáduas”.⁵

É fácil perceber como o sujeito da história, nas duas obras monumentais de Braudel, transfere-se do homem propriamente dito para realidades que lhe são muito superiores: o ‘Espaço’, no *Mediterrâneo*; e a ‘Vida Material’, na *Civilização Material do Capitalismo*. São estes grandes sujeitos históricos que abrem o campo de possibilismos para as subseqüentes histórias dos ‘movimentos coletivos’ e dos ‘indivíduos’. Tal como observa Peter Burke em uma sintética mas lúcida análise de *O Mediterrâneo*, um dos objetivos centrais de Braudel nesta obra é mostrar que tanto a história dos acontecimentos como a história das tendências gerais não podem ser compreendidas sem as características geográficas que as informam e que, de resto, tem a sua própria história longa:

O capítulo sobre as montanhas, por exemplo, discute a cultura e a sociedade das regiões montanhosas, o conservadorismo dos montanheses, as barreiras socioculturais que separam os homens da montanha dos homens da planície, e a necessidade de muitos jovens montanheses emigrarem, tornando-se mercenários.⁶

O Mediterrâneo e Felipe II, enfim, é a insuperável obra prima em que Braudel pretendeu demonstrar que o tempo avança com diferenças velocidades, em uma espécie de polifonia na qual a parte mais grave coincide com a história quase imóvel do Espaço, e onde temporalidade e espacialidade praticamente se convertem uma à outra. Paradoxalmente, apesar de ter sido o primeiro a propor uma “história quase imóvel” como um dos níveis de análise, outra grande contribuição de *O Mediterrâneo* foi a de mostrar que tudo está sujeito a mudanças, ainda que lentas, o que inclui o próprio Espaço. De fato, a leitura de *O Mediterrâneo* nos mostra que o

⁵ BRAUDEL, Fernando. *On History*. Chicago: University of Chicago Press, 1980, p.21.

⁶ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1991, p.50.

espaço definido por este grande Mar era muito maior no século XVI do que nos dias de hoje, pelo simples fato de que o transporte e a comunicação eram muito mais demorados naquele período⁷. Com isto, percebe-se que a espacialidade dilata-se ou comprime-se no tempo conforme consideremos um período ou outro nos quais se contraponham diferentes possibilidades dos homens movimentarem-se no espaço. Mais uma vez, homem, espaço e tempo aparecem como três fatores indissociáveis.

Se o Espaço está sujeito aos ditames do Tempo, por outro lado a Temporalidade também está sujeita aos ditames do Espaço e do meio geográfico. Apenas para dar um exemplo assinalado por François Dosse, o mesmo *Mediterrâneo* de Braudel também nos mostra um mundo dicotomicamente dividido em duas estações: enquanto o verão autoriza o tempo da guerra, o inverno anuncia a estação da trégua – uma vez que “o mar revoltado não permite mais aos grandes comboios militares se encaminharem de um ponto ao outro do espaço mediterrânico: é, então, o tempo dos boatos insensatos, mas também o tempo das negociações e das resoluções pacíficas”.⁸ Desta maneira o Clima (um aspecto físico do meio geográfico) reconfigura o Espaço, e este redefine o ritmo de tempos em que se desenrolam as ações humanas. Espaço, Tempo e Homem.

A obra de Fernando Braudel também nos permite iniciar outra reflexão importante, a qual se refere à consideração de uma diferença fundamental entre “duração” e “recorte de tempo”. Braudel ousou estudar o ‘grande espaço’ no ‘tempo longo’. Quando falamos em “tempo longo” referimo-nos a uma “duração” – ou antes: a um determinado ‘ritmo de duração’. O tempo longo é o tempo que se alonga, ou o tempo que parece passar mais lentamente. A longa duração, enfim, é aquela na qual, com relação à observação de determinados critérios, as transformações se processam em um ritmo mais lento. Não devemos confundir “longa duração” com “recorte extenso”. O recorte de Braudel em *O Mediterrâneo* – pelo menos o recorte deste trecho da História de que ele se vale para orquestrar polifonicamente as três durações distintas – é o reinado de Felipe II. Braudel não estudou nesta obra um recorte temporal particularmente ‘estendido’. Ele estudou um recorte tradicional, que cabe em uma ou duas gerações e que coincide com a duração de um reinado, mas examinando através deste recorte a passagem do tempo em três ritmos diferentes. Uma outra coisa seria examinar um determinado espaço – grande ou pequeno – em

⁷ Conforme ressalta Braudel, “cruzar o Mediterrâneo de norte a sul levava de uma a duas semanas”, enquanto atravessá-lo de leste a oeste podia consumir “dois ou três meses” (BRAUDEL, Fernando. *La Méditerranée ...*, op.cit., p.363).

⁸ DOSSE, François. *A História em Migalhas*. op.cit., p.140.

um recorte extenso ou estendido. Dito de outra forma, o ritmo de tempo que o historiador sintoniza em sua análise de uma determinada realidade histórico-social nada tem a ver com o “recorte temporal historiográfico” escolhido pelo historiador.

Com relação ao seu recorte espacial, Braudel havia considerado que o Mediterrâneo possuía sob certos aspectos uma unidade que transcendia as unidades nacionais que se agrupavam em torno do grande “mar interior”, e que ultrapassava a polarização política entre os dois grandes impérios da época: o Espanhol e o Turco. Por outro lado, o historiador francês precisou lidar com a ‘unidade na diversidade’, e descreve dezenas de regiões autônomas cujos ritmos convergem para um ritmo supralocal. O mundo mediterrânico que ele descreve é constituído por um grande complexo de ambientes – mares, ilhas, montanhas, planície e desertos – e que se vê partilhado em uma pluralidade de regiões a terem sua heterogeneidade decifrada antes de ser possível propor a homogeneidade maior ditada pelo tipo de vida sugerido pelo grande Mar. Este foi o desafio de Braudel.

A História Regional e o pequeno espaço.

Se Fernand Braudel trabalhou com o ‘grande espaço’, as gerações seguintes de historiadores que revolucionaram a historiografia no século XX trouxeram também a possibilidade de uma nova tendência que abordaria o ‘pequeno espaço’. Esta nova tendência, que se fortalece nos anos 1950, ficou conhecida na França como ‘História Local’. Também aqui a contribuição da Geografia derivada de Vidal de La Blache destacou-se com particular nitidez nos primeiros momentos, desde os anos 1960, ajudando a configurar um conceito de Região que logo passaria a ser utilizado pelos Historiadores para o estudo de micro-espacos ou espacos localizados, em muitos sentidos dotados de uma homogeneidade bem maior do que os macro-espacos que haviam sido examinados por Braudel. Do macro-espaco que abriga civilizações, a historiografia moderna apresentava agora a possibilidade de examinar os micro-espacos que abrigavam populações localizadas, fragmentos de uma comunidade nacional mais ampla. A História Local nascia, aliás, como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias nacionais. A História Local – ou História Regional, como passaria a ser chamada com um sentido um pouco mais específico – surgia precisamente como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões

econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das dimensões nacionais.

O modelo de compreensão do Espaço proposto pela escola de Vidal La Blache funcionou adequadamente para diversos estudos associados a esta historiografia européia dos anos 1950 que lidava com aquilo que Pierre Goubert – um dos grandes nomes da ‘História Local’ – chamava de “unidade provincial comum”, e que ele associava a unidades “tal como um *country* inglês, um *contado* italiano, uma *Land* alemã, um *pays* ou *bailiwick* franceses”.⁹ Nestes casos e em outros, o espaço escolhido pelo historiador coincidia de modo geral com uma unidade administrativa e muitas vezes com uma unidade bastante homogênea do ponto de vista geográfico ou da perspectiva de práticas agrícolas. Também se tratava habitualmente de zonas mais ou menos estáveis – bem ao contrário do que ocorria em países como os da América Latina durante o período colonial, onde devemos considerar a ocorrência muito mais freqüente de “fronteiras móveis”. A espacialidade tipicamente européia em certos recortes temporais – que não coincide com a de outras áreas do planeta e para todos os períodos históricos – permitiu que fosse aproveitado por aqueles historiadores que começavam a desenvolver estudos regionais, cobrindo todo o Antigo Regime, um modelo onde o espaço podia ser investigado e apresentado previamente pelo historiador, como uma espécie de moldura onde os acontecimentos, práticas e processos sociais se desenrolavam. Frequentemente, e até os anos 1960, as monografias derivadas da chamada Escola dos Annales apresentavam previamente a Introdução Geográfica, e depois vinha a História, a organização social, as ações do homem. A possibilidade de este modelo funcionar, naturalmente, dependia muito do objeto que se tinha em vista, para além dos padrões da espacialidade européia nos períodos considerados.

Mais adiante veremos que logo se estabelecerá uma crítica muito bem fundamentada a este modelo no qual o espaço era como que dado previamente. Vale dizer, os historiadores logo passariam a se dar conta de que, neste caso, estava sendo adotado um conceito não-operacional de Região. Entrementes, nas primeiras décadas de estudos sobre História Local, na Europa, as Regiões costumavam vir definidas previamente, como que estabelecidas de uma vez por todas, e bastava o historiador ou o geógrafo escolher a sua para depois trabalhar nela com suas problematizações específicas. É verdade que tal tendência tinha sua razão de ser no ambiente historiográfico especificamente europeu entre as décadas de 1950 e 1970. Frequentemente –

⁹ GOUBERT, Pierre. “História Local” in *História & Perspectivas*. Uberlândia, 6-45-47, Jan/Jun 1992, p.45.

quando uma certa região a ser examinada coincidia com um recorte político-administrativo que permanecera sem maiores alterações desde a época estudada até o tempo presente – isto representava certa comodidade para o historiador, que podia buscar as suas fontes exclusivamente em arquivos concentrados nas regiões assim definidas.

Em seu célebre artigo sobre “A História Local”, Pierre Goubert chama atenção para o fato de que a emergência da história local dos anos 1950 havia sido motivada precisamente por uma combinação entre o interesse em estudar uma maior amplitude social (e não mais apenas os indivíduos ilustres, como nas crônicas regionais do século XIX) e alguns métodos que permitiriam este estudo para regiões mais localizadas – mais particularmente as abordagens seriais e estatísticas, capazes de trabalhar com dados referentes a toda uma população de maneira massiva. Ao trabalhar em suas pequenas localidades, os historiadores poderiam desta maneira fixar sua atenção “em uma região geográfica particular, cujos registros estivessem bem reunidos e pudessem ser analisados por um homem sozinho”.¹⁰ A coincidência entre a região examinada e uma unidade administrativa tradicional como a paróquia rural ou o pequeno município, podemos acrescentar, permitia por vezes que o historiador resolvesse todas as suas carências de fontes em um único arquivo, ali mesmo encontrando e constituindo a série a partir da qual poderia extrair os dados sobre a população e a comunidade examinada.

Com o progressivo surgimento dos novos problemas e objetos que a expansão dos domínios historiográficos passou a oferecer cada vez mais no decurso do século XX, o modelo mais fixo de região e espacialidade, que havia influenciado particularmente a Geo-História francesa de meados do século XX, começou a ser questionado precisamente porque deixava encoberta a questão essencial de que qualquer delimitação espacial é sempre uma delimitação arbitrária, e também de que as relações entre o homem e o espaço modificam-se com o tempo, tornando inúteis (ou não-operacionais) delimitações regionais que poderiam funcionar para um período mas não para outro. Uma paisagem rural facilmente pode se modificar a partir da ação do homem, o que mostra a inoperância de considerar regiões geográficas fixas – e isto se mostra especialmente relevante para os estudos da América Latina no período colonial, mais ainda do que para os estudos relativos à Europa do mesmo período¹¹. De igual maneira, um *território*

¹⁰ GOUBERT, Pierre. “História Local”. op.cit., p.49.

¹¹ Mesmo para períodos posteriores, deve ser observada uma distinção na espacialidade de certos países que adquiriram centralidade em termos de domínio econômico e os chamados países subdesenvolvidos. Milton Santos

(voltaremos mais adiante a este conceito) não existe senão com relação ao âmbito de análises que se tem em vista, aos aspectos da vida humana que estão sendo examinados (se do âmbito econômico, político, cultural ou mental, por exemplo).

A Região compreendida como espaço construído pela análise

Atrelar o espaço ou o território historiográfico que o historiador constitui a uma pré-estabelecida região administrativa ou geográfica (no sentido que era proposto pelo geógrafo Vidal de La Blache no início do século XX), ou vincular a escolha do historiador a uma “área pré-determinada” de qualquer outro tipo, pode implicar em deixar escapar uma série de objetos historiográficos que não se ajustam a estes limites. A mesma comodidade arquivística que pode favorecer ou viabilizar um trabalho mais artesanal do historiador – capacitando-o para dar conta sozinho de seu objeto sem abandonar o seu pequeno recinto documental – também pode limitar e empobrecer as escolhas historiográficas. Uma determinada prática cultural, para trazer o exemplo da conexão entre História Local e História Cultural, pode gerar um território específico que nada tenha a ver com o recorte administrativo de uma paróquia ou município, misturando pedaços de unidades paroquiais distintas ou vazando municípios. Do mesmo modo, uma realidade econômica ou de qualquer outro tipo não coincide necessariamente com a região físico-geográfica no sentido tradicional. Também não precisa sequer coincidir com áreas econômicas mais tradicionais, pois o que está sendo pesquisado pode ser relacionado à produção, ao consumo, à circulação, ao imaginário econômico ou a inúmeras das instâncias que são investigadas pela História Econômica, para além dos objetos mais tradicionais da Macro-Economia.

O historiador que elabora o seu trabalho de História Local deve estar sempre atento às impropriedades de orientar-se através de recortes que coincidam necessariamente com as delimitações administrativas de âmbito provincial ou municipal. De igual maneira, as regiões definidas a partir de critérios da geografia física tradicional podem se mostrar igualmente não-operacionais. Tal como já foi dito anteriormente, a região é em todos os casos uma construção do

observa que “descontínuo, instável, o espaço dos países subdesenvolvidos é igualmente multipolarizado, ou seja, é submetido e pressionado por múltiplas influências e polarizações oriundas de diferentes tipos de decisão” (SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido*. São Paulo: EDUSP, 2004, p.21).

próprio historiador, que pode ou não coincidir com um recorte administrativo ou com uma região geográfica preconizada por uma Cartografia oficial.

É preciso que o pesquisador – ao delimitar o seu espaço de investigação e defini-lo como uma ‘região’ – esclareça os critérios que o conduziram a esta delimitação. Algumas perguntas se impõem. A região corresponde a um espaço homogêneo, ou a uma superposição de espaços diversos (e, neste caso, teremos espaços superpostos em fase ou em defasagem)? Existe um fator principal que orienta o recorte estabelecido pela pesquisa? Está se tomando a região como uma área humana que elabora determinadas identidades culturais, que possui uma feição demográfica própria, que produz certo tipo de relações sociais, que organiza a partir de si determinado sistema econômico? O critério norteador coincide com o de região geográfica? Com o político-administrativo? Se é um critério administrativo, é o critério administrativo de que tempo – o do historiador, ou o do período histórico examinado?

Um critério geográfico amparado na cartografia tradicional, da mesma forma, pode ou não ser pertinente a uma pesquisa que está sendo realizada. Assim, pode-se dar que um determinado objeto de pesquisa justifique o uso da definição estruturalista de região, que a encara como o espaço de uma interação marcada por determinações recíprocas entre o ambiente físico-natural e os processos sociais que nele se desenvolvem. Seria o caso, então, de se definir o peso que se atribui à determinação geográfica neste processo. Ou pode ser que seja pertinente um enfoque mais culturalista, no qual se define a região preferencialmente “a partir da influência que os elementos de ordem étnica, religiosa ou cultural, de modo geral, é exercida sobre a relação entre o homem e o seu meio”¹².

O historiador deve dedicar, por outro lado, uma atenção especial aos critérios políticos e sociais. Uma região pode ser delineada como um espaço onde se reproduzem certos padrões de conflitos sociais, ou como um espaço onde se desenrola determinado movimento social. Nestes casos, “o espaço tornar-se-ia o cenário, por excelência, da luta de classes”¹⁹, e portanto a expressão mais concreta de um modo de produção historicamente determinado que produz estas relações de classe. Isto vem ao encontro da combinação do enfoque regional com a abordagem materialista-histórica da História, de acordo com esta ou aquela perspectiva mais específica. Aqui, a “região” construída pelo historiador deixa de ser um dado externo à sociedade – como se

¹² Conforme Paulo H. N. MARTINS, este é o enfoque que, a partir de fins da década de 1980, predomina na Sociologia Política (“Espaço, Estado e Região: novos elementos teóricos” In *História Regional: uma discussão*. Campinas: UNICAMP, 1987. p.24).

aquela a precedesse ou como se fosse o caso de meramente se fixarem balizas para o estudo – para passar a ser encarada como algo produzido a partir do próprio processo social examinado.

Uma visão múltipla do espaço social

A crítica aos antigos modelos de superposição entre o recorte historiográfico e o recorte regional-administrativo não surgiram apenas das novas buscas historiográficas, mas também de desenvolvimentos que se deram no próprio seio da Geografia Humana. Tal como ressalta Ciro Flamarion Cardoso em um ensaio bastante importante sobre a História Agrária, à altura dos anos 1970 o conceito de “região” derivado da escola de Vidal de la Blache começou a ser radicalmente criticado por autores como Yves Lacoste¹³ – que sustentavam que a realidade impõe o reconhecimento de “especialidades diferenciais, de dimensões e significados variados, cujos limites se recortam e se superpõem, de tal maneira que, estando num ponto qualquer, não estaremos dentro de um, e sim de *diversos* conjuntos espaciais definidos de diferentes maneiras”.¹⁴

A ideia de tratar sob o ponto de vista das “espacialidades superpostas” a materialidade física sobre a qual se movimenta o homem em sociedade, incluindo sistemas diversificados que vão da rede de transportes à rede de conexões comerciais ou ao estabelecimento de padrões culturais, aproxima-se muito mais da realidade vivida do que o encerramento do espaço em regiões definidas de uma vez para sempre, e associadas apenas aos recortes administrativos e geográficos que habitualmente aparecem nos mapas. A realidade, em qualquer época, é necessariamente complexa, mesmo que esta complexidade não possa ser integralmente captada por nenhuma das ciências humanas, por mais que estas desenvolvam novos métodos para tentar apreender a realidade a partir de perspectivas cada vez mais enriquecidas. Voltaremos oportunamente a este aspecto, quando discutirmos os recortes a que o historiador é obrigado a se render na operação historiográfica através da qual busca apreender a vida humana.

Outro geógrafo importante para a discussão do espaço, embora ainda pouco utilizado pelos historiadores, é Claude Raffestin, que faz uma distinção bastante interessante entre o

¹³ LACOSTE, Yves. *La géographie, ça sert d'abord à faire la guerre*. Paris: Maspéro, 1976.

¹⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

“espaço” e o “território”. Segundo Raffestin, “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”.¹⁵ Obviamente que a definição de “espaço” proposta por Raffestin, a princípio ligada à materialidade física, deixa de fora as possibilidades de se falar em outras modalidades de espaço – como o “espaço social”, o “espaço imaginário”, o “espaço virtual” – que se constituem no próprio momento da ação humana. Mas nada impede que também apliquemos a noção de território como um empoderamento que se dá no espaço também aos âmbitos virtual, imaginário e outros. De qualquer modo, o sistema conceitual proposto por Raffestin é particularmente importante porque chama atenção para o fato de que a territorialização do espaço ocorre não apenas com as práticas que se estabelecem na realidade vivida, como também com as ações que são empreendidas pelo sujeito de conhecimento:

‘Local’ de possibilidades, [o espaço] é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento..¹⁶

Vale ainda lembrar que a consciência de uma territorialidade que é transferida ao espaço pode transcender o mundo humano. Também os animais de várias espécies, que não apenas o homem, costumam territorializar o espaço com as suas ações e com gestos que passam a delinear uma nova representação do espaço. O lobo que “marca o seu território” cria para si (e pretende impor a outros de sua espécie) uma representação do espaço que o redefine como extensão de terra sob o seu controle. Demarcar o território é demarcar um espaço de poder. No âmbito da Macro-Política, não é senão isto o que fazem os Estados-Nações ao constituir e estabelecer um rigoroso controle sobre suas fronteiras¹⁷.

¹⁵ RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993, p.143.

¹⁶ RAFFESTIN, Claude. *op.cit.*, p.144.

¹⁷ “Por território entende-se a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como *sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence ...* esse sentido de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana” (SANTOS,

Mas a noção de território pode ser levada adiante. A combinação das já discutidas proposições de Yves Lacoste com os conceitos de “espaço” e “território” propostos por Claude Raffestin também permitiriam falar mais propriamente de ‘territorialidades superpostas’. Em sua realidade vivida, os seres humanos – e de formas extremamente complexas – estão constantemente se apropriando do espaço sobre o qual vivem e estabelecem suas diversificadas atividades e relações sociais. Um mesmo homem, no seu agir cotidiano e na sua correlação com outros homens, vai produzindo territórios que apresentam maior ou menor durabilidade. Ao se apropriar de determinado espaço e transformá-lo em sua propriedade – seja através de um gesto de posse ou de um ato de compra em um sistema onde as propriedades já estão constituídas – um sujeito humano define ou redefine um território. Ao se estabelecer um determinado sistema de plantio sobre uma superfície natural, ocorre aí uma nova territorialização do espaço, claramente caracterizada por uma nova “paisagem” produzida culturalmente e por uma produção que implicará em controle e conferirá poder.

O território que se produz e se converte em propriedade fundiária – ou em unidade política estável para considerar um nível mais amplo – pode existir em uma duração bastante longa antes de ser tragado por um novo processo de reterritorialização. Contudo, se um homem exerce a profissão de professor, ou a função de político, no momento de exercício destas funções ele poderá estar territorializando uma sala de aula ou um palanque por ocasião de um comício político, por exemplo, constituindo-se estes em territórios de curtíssima duração. A vida humana é eterno devir de territórios de longa e curta duração, que se superpõem e se entrecruzam ao sabor das relações sociais, das práticas e representações. E, sob certo ângulo, a História Política é o estudo deste infundável devir de territorialidades que se constituem a partir dos espaços físicos, mas também dos espaços sociais, culturais e imaginários.

Os caminhos mais recentes da Geografia Humana também convergiram para considerar o espaço como “campo de forças”. É de um “espaço social” que Milton Santos está falando quando propõe associar a noção de *campo* a uma Geografia Nova¹⁸. Abordando a questão do ponto de vista do materialismo dialético, ele chama atenção para o fato de que o espaço humano é, em qualquer período histórico, resultado de uma produção. “O ato de produzir é igualmente o ato de

Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil – território e sociedade no início do século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.19.

¹⁸ SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. Rio de Janeiro: 1974, p.174.

produzir espaço”. O homem, que devido à sua própria materialidade física é ele mesmo espaço preenchido com o próprio corpo, além de *ser* espaço também *está* no espaço e *produz* espaço.

Mas poderíamos mais uma vez unir estas pontas e dizer que “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir territórios”. Cultivar a terra é dominar a terra, é impor-lhe novos sentidos, é apartá-la do espaço indeterminado inclusive frente a outros homens, é exercer um poder e obrigar-se a um controle. Fabricar mercadorias (ou controlar a produção de mercadorias) é invadir um espaço, é adentrar esse complexo campo de forças formado pela produção, circulação e consumo, e tudo isto passa também por exercer um controle sobre o espaço vital dos trabalhadores, sobre o seu tempo. Produzir ideias é se assenhorear de espaços imaginários e, de algum modo, exercer através destes espaços diversificadas formas de poder. A produção de discursos, por fim, implica em se adequar a uma espécie de territorialização da fala, na qual devem ser reconhecidas aquelas regras, limites e interdições que foram tão bem estudadas por Michel Foucault¹⁹. Em todos estes casos, a *produção* estabelece territórios, redefine espaços. E de todos estes tipos de espaços deve se apropriar o historiador no exercício de seu ofício.

História Local e História Regional

Uma discussão conceitual importante para a historiografia brasileira, embora não tanto para a historiografia europeia, é aquela que se dirige a uma melhor delimitação a cerca das distinções possíveis entre História Local e História Regional. Esta será certamente uma operação teórica um pouco mais ambígua, pois nem todas as línguas historiográficas apresentam estas duas expressões como designativas de modalidades historiográficas distintas. Na França, por exemplo, sempre se falou em “História Local”, e nesta designação enquadram-se tanto pesquisas que no Brasil poderiam se relacionar à História Local, como pesquisas que poderiam se relacionar mais propriamente à História Regional. De fato, para a historiografia brasileira, o simples recorte espacial-localizado não implica necessariamente em História Regional.

¹⁹ “Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade” (FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p.8-9).

Porque não aproveitar a riqueza da língua portuguesa, que tem abrigado as duas expressões – “história local” e “história regional” – para definir o “regional” como aquilo que se refere ao lugar integrado a um sistema, embora dotado de sua própria dinâmica interna? A idéia de “região”, neste sentido mais específico, associa-se à noção de que temos agora um lugar que se apresenta, ele mesmo, como sistema – com sua própria dinâmica interna, suas regras, sua totalidade interna – e que habitualmente se encontra ligado ou a uma rede de outras localidades análogas, ou a um sistema mais amplo (por exemplo, as várias regiões econômicas ou políticas que, no período do escravismo colonial, ligam-se a este sistema nacional mais amplo, a uma rede comercial mais abrangente, ou a qualquer outra realidade que termine por se apresentar como um sistema de sistemas).

Em contrapartida, o “Local” poderia se relacionar àquele lugar que é recortado por um problema transversal (cultural, político, por exemplo). Quando examino a literatura de cordel de determinada comunidade, com vistas a compreender certa conexão entre este gênero cultural a determinados aspectos que podem ser políticos, culturais, econômicos, ligados ao imaginário ou às mentalidades, relativos a certas heranças culturais trazidas por movimentos demográficos específicos, posso estar trabalhando mais propriamente com uma História Local do que com uma História Regional. Isto porque neste momento não estou interessado em trabalhar a localidade como um sistema, como uma totalidade social, como um sistema ancorado no espaço que se liga a outra espacialidade mais ampla. A localidade, nestes casos, é tratada mais como “lugar” do que como “região”.

O pequeno recorte de uma vizinhança, ou de uma comunidade de migrantes, ou de uma prática cultural que se localiza no interior de um lugar (por exemplo, no interior de uma cidade) também pode nos remeter ao “local”, e não ao “regional”. De outra parte, tal como também é necessário ressaltar, dependendo da abordagem empregada, poderemos também estar falando aqui em Micro-História. Micro-História e História Local, aliás, também constituem conexões possíveis, já que o universo de observação da Micro-História pode corresponder também ao recorte local (mas também pode corresponder à trajetória de vida de um indivíduo, de uma família, ou aos desenvolvimentos de uma determinada prática cultural). De todo modo, Micro-História e História Local, em que pese constituam modalidades historiográficas bem diferenciadas, também se abrem para os seus possíveis diálogos.

Pensar estas nuances possíveis entre o “local” e o regional” constitui apenas uma proposta, um exercício de imaginação historiográfica, já que frequentemente, entre nós, “História Local” e “História Regional” são expressões empregadas de maneira quase sinônima. Uma vez que temos ao dispor de nossa linguagem historiográfica as duas expressões, o que não ocorre com a historiografia de outros países, podemos tirar partido desta duplicidade de designações, fazer delas um instrumento para nos aproximarmos de uma maior complexidade relacionada aos diversos objetos historiográficos possíveis.

Há também certa tendência, no Brasil, a utilizar a utilizar a expressão “história local” para o estudo de localidades menores do que aquelas regiões geográficas ou administrativas mais amplas que podem corresponder a um estado, ou mesmo a uma área consideravelmente grande dentro de um estado. Assim, a “história local”, na historiografia brasileira, costuma se referir a cidades, bairros, vizinhanças, aldeias indígenas, enquanto a expressão “história regional” volta-se mais habitualmente para as regiões mais amplas (o Vale do Paraíba, o sul de Minas, o estado do Piauí, e assim por diante). Mas isso é praticamente uma especificidade de países de dimensões continentais como o Brasil. Na Europa, onde esta modalidade historiográfica surgiu (por volta dos anos 1950) não se justificava muito uma distinção entre os dois vocábulos. Isso é facilmente compreensível, uma vez que na Europa os espaços são muito mais reduzidos do que em países como o Brasil, a Argentina, os Estados Unidos ou o Canadá. Existem estados brasileiros nos quais caberiam diversos países europeus, como é o caso do Amazonas, um estado cujas dimensões superam a área somada de todos os países da Europa, se desconsiderarmos a Rússia européia. O Estado de São Paulo, por exemplo, tem uma área equivalente à de todo o Reino Unido.

Por isso, não é de se estranhar que na França, quando despontaram mais sistematicamente os primeiros trabalhos de história local, os historiadores não tenham encontrado nenhuma necessidade de cunhar uma palavra para a modalidade historiográfica que lidava com as localidades menores, e outra para aquela que lidava com as regiões mais amplas. A França anterior à Revolução Francesa (1789), por exemplo, estava dividida em 39 *províncias*. Se considerarmos que o estado brasileiro de Minas Gerais é do tamanho da França, poderemos entender a espacialidade mais reduzida a que se refere cada uma das províncias francesas da França do Antigo Regime. Historiadores como Pierre Goubert, um dos pioneiros nos estudos de história local na França, costumavam trabalhar precisamente com esta unidade de espaço que

Goubert chamava de “unidade provincial comum”, e que ele associava a unidades “tais como um *country* inglês, um *contado* italiano, uma *Land* alemã, um *pays* ou *bailiwick* franceses”²⁰.

Nestes e em outros casos, o espaço escolhido pelo historiador coincidia, de modo geral, com uma certa unidade administrativa. Muitas vezes também correspondia a uma unidade bastante homogênea do ponto de vista geográfico, ou da perspectiva de práticas agrícolas. Também se tratava habitualmente de zonas mais ou menos estáveis – bem ao contrário daquilo que, durante o período colonial, acontecia em países como os da América Latina, com seus entremeados de áreas conturbadas e de disputas políticas para as quais devemos considerar a ocorrência muito mais freqüente de “fronteiras móveis” (vale dizer, de fronteiras flutuantes entre as regiões, e constituintes de uma geografia política que se redefinia com uma freqüência bem maior do que nos países europeus).

O padrão tipicamente europeu de organização da espacialidade política permitiu que fosse aproveitado, por aqueles historiadores que começavam a desenvolver estudos regionais cobrindo todo o Antigo Regime, um modelo no qual o espaço podia ser investigado e apresentado previamente pelo historiador, como uma espécie de moldura na qual os acontecimentos, práticas e processos sociais se desenrolavam. Frequentemente, e até os anos 1960, as monografias derivadas da chamada Escola dos Annales apresentavam previamente uma introdução geográfica, e depois vinha a história, a organização social, as ações do homem. A possibilidade de este modelo funcionar, naturalmente, dependia muito do objeto que se tinha em vista, para além dos padrões da espacialidade europeia nos períodos considerados, conforme já vimos. De todo modo, esse foi o padrão inicial da chamada “história local”, nos seus primórdios situados na historiografia europeia de meados do século XX.

No Brasil, país de dimensões continentais, a dinâmica das expressões História Local / História Regional também pode ser utilizada para estabelecer essa relação entre espaços menores e espaços maiores, que os integram. Esses usos passam por decisões dos próprios historiadores envolvidos nesses estudos. É muito comum a utilização da designação história regional para os espaços mais amplos, por exemplo, nos casos em que a História Local estabelece conexões com a História Econômica. Mas não é uma regra, obviamente.

²⁰ GOUBERT, Pierre. “História Local” in *História & Perspectivas*, Uberlândia, 6-45-47, Jan/Jun 1992, p.45.

Considerações Finais

Os conceitos de Espaço, Território e Região, conforme vimos, são essenciais para a historiografia, seja aquela que trabalha com unidades espaciais maiores, seja aquela que busca examinar problemas historiográficos a partir de um espaço menor de observação. Os três conceitos, por outro lado, têm se beneficiado de redefinições diversas, e as realidades que eles ajudam a definir devem ser sempre e em todos os casos considerados como construções do historiador. Por fim, eles constituem as principais pontes conceituais que permitem estreitar os diálogos entre História e Geografia, dois campos de estudos que já há muito tempo estendem um para o outro fraternas propostas de diálogos interdisciplinares e transdisciplinares. Prosseguir com a discussão destes conceitos no futuro será sempre fundamental no sentido de encaminhar pesquisas problematizadas, seja no âmbito da História ou da Geografia.

BIBLIOGRAFIA

- BLOCH, Marc. **Apologia da História**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRAUDEL, Fernando. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Flammarion, 1966.
- BRAUDEL, Fernando. **Civilisation matérielle et capitalisme**. Paris: Flammarion, 1967.
- BRAUDEL, Fernando. **Écrits sur l'Histoire**, Paris: Flammarion, 1969.
- BRAUDEL, Fernando. **On History**. Chicago: 1980.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 1991.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- DOSSE, François. **A História em Migalhas**, São Paulo: Editora Ensaio, 1994.
- FEBVRE, Lucien. **La terre et la evolution humaine**, Paris: Albin Michel, 1922.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**, São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GOUBERT, Pierre. "História Local" in **História & Perspectivas**, Uberlândia, 6-45-47, Jan/Jun 1992.
- LA BLACHE, Vidal de. **Tableau de la geographie de la France**. Paris: Éditions de la Table Ronde, 1903
- LACOSTE, Yves. **La geographie, ça sert d'abord à faire la guerra**. Paris: Maspéro, 1976.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil – território e sociedade no início do século XX**, Rio de Janeiro: Record, 2003, p.19.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. Rio de Janeiro: 1974.